

*Positivismo e cidade grega antiga; acerca de dois problemas de método histórico**

*José Antonio DABDAB TRABULSI***

Na segunda metade do século XX, tornou-se freqüente começar os trabalhos de história em geral, e de história grega em especial, com uma crítica mais ou menos acerba, mais ou menos desdenhosa, das maneiras e das práticas “positivistas”. Esta atitude chegou a se constituir em uma moda, um reflexo, quase uma obrigação para quem quisesse ser levado a sério. Esta reação antipositivista foi tanto mais violenta quanto, ao longo de toda a primeira metade do século XX, esta abordagem, que, nos nossos meios, é freqüentemente identificada com o “humanismo tradicional”, foi dominante e até hegemônica, na área de expressão francesa ainda mais que em outras. Weber era pouco conhecido e pouco discutido, o marxismo, limitado a um canto, pouco ou nada freqüentado por historiadores da antigüidade, muito conservadores, e a antropologia, praticada apenas por marginais ou “loucos simpáticos”, como Jeanmaire ou Gernet, rejeitados para as margens do sistema.

No final do século passado, a moda mudou, e se começa a dizer que os positivistas foram denegridos e que se exagerou e se desnaturou o que disseram, com o objetivo de desqualificá-los. O que é exato, com muita freqüên-

* Artigo recebido em outubro de 2002 e aceito para publicação em fevereiro de 2003.

** Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

cia, mas não é suficiente para explicar esta nova atitude. Volta a um modelo abandonado, para melhor sair dos modelos que o substituíram e que, por sua vez, aparecem hoje como insuficientes? Convergência real de opiniões com elementos de um método, senão de uma ideologia, num “fim de século” XX de “restauração”?

O que é certo, em todo caso, é que, no que se refere aos trabalhos sobre a cidade grega, quer seja para criticar ou para relativizar as críticas, falou-se sem saber muito bem o que, pois há muito estes autores não são mais lidos. Toda uma geração – a minha – foi formada com textos que recusavam a contribuição destes autores. É a razão pela qual penso ser útil propor um estudo “literal” da cidade grega “positivista”. Tomo este termo no seu uso corrente, tal como é entendido nos meios dos estudos clássicos, sem preocupação de rigor filosófico. Considero o conjunto da produção, mas limito a análise à primeira metade do século, enquanto análise aplicada “sem complexo”, pois, depois, o ataque foi tão forte que até os positivistas negavam aplicar o modelo. Houve um positivismo “envergonhado” (mas isto parece quase terminado, hoje), que não se presta tão bem à análise. Mas não renuncio a tentar observar o que, já durante os anos de glória, anuncia o declínio fulminante desta abordagem, que marcou uma época em que os estudos gregos tinham ainda um impacto muito forte (ainda que em diminuição rápida) sobre as ciências humanas.

Neste texto, estudo um aspecto específico do problema, a saber, dois elementos do método histórico aplicado pelos positivistas à cidade grega antiga. Ele faz parte de um conjunto de textos, onde estudo vários aspectos desta cidade grega dos positivistas; aspectos de configuração, mas também de ideologia ou de método. Como a produção é enorme, para poder realizar um estudo atento aos textos, foi necessário escolher. Tentei fazer uma escolha que seja variada, mas representativa do equilíbrio de influência e de notoriedade que existia na época. Assim, certos autores estão mais presentes, como Francotte, Jardé, Cloché, Glotz ou os dois Croiset. Como a minha intenção é a de estabelecer, a longo prazo, uma avaliação, uma comparação entre as diversas “cidades gregas”, os paralelos, as analogias, as confrontações e as antecipações em relação a autores mais recentes são frequentes e voluntárias. Parece-me desejável fazer uma historiografia da cidade grega que seja ao mesmo tempo, e na medida do possível, uma história da cidade grega, senão até uma proposição de cidade grega.

A história em primeiro lugar

Estamos falando de historiadores e não é, portanto, surpreendente ver suas “cidades gregas” atribuírem um lugar primordial ao método histórico, como instrumento de explicação. Mas de que história se trata? Qual é sua relação com as outras disciplinas?

Vivemos, então, uma época que marca uma idade de ouro da história, no conjunto das ciências humanas. A posição da história é hegemônica e a concorrência dos outros saberes permanece restrita aos meios especializados. O triunfo dos métodos genéticos, com a explicação pelo que precede no tempo, é, obviamente, muito favorável à história, cuja matéria é o tempo e os efeitos da passagem do tempo. Há, portanto, um verdadeiro imperialismo da história. Glotz bem o exprime, ao dizer que “em todos os tipos de pesquisa o nosso tempo se esforça com predileção em remontar até às origens. Juristas e sociólogos começam a obedecer a esta necessidade geral”.¹

Mas que história? A história praticada no presente se inspira em e escolhe entre as do passado. E a escolha é clara, e ela ainda é muito “à maneira do século XIX”; isto aparece na oposição estabelecida por Jardé: “pela sua amplitude, pelo seu desenvolvimento fácil, mas um pouco frouxo, pela sua língua jônica, a obra de Heródoto é ainda muito próxima da epopéia. Tucídides é realmente o primeiro historiador”.² Esta simples escolha condicionará toda a atitude destes historiadores em relação às outras disciplinas. Assim, por exemplo, para Francotte, “com o século V começa realmente a história grega. Até lá, as cidades levaram uma vida sem brilho, ocupadas pelas guerras insignificantes que elas fazem umas às outras. De repente, um teatro muito mais vasto se abre a elas”.³ É a visão segundo a qual a história é a história dos grandes conflitos internacionais, que é muito forte no positivismo. O livro, entretanto, mais recente, de Cloché, concede um espaço enorme aos assuntos de política externa, apesar de se tratar de um livro sobre “a democracia ateniense”. Há cento e dez páginas sobre a história diplomática e militar, na pura tradição do século XIX, mas com maior amplitude ainda.

¹ G. Glotz, *La solidarité de la famille dans le droit criminel en Grèce ancienne*, New York, Arno Press, 1973 [Paris, 1904, p. 1].

² A. Jardé, *La Grèce antique et la vie grecque*, Paris, Delagrave, 1996 [1914], p. 84.

³ H. Francotte, *Histoire politique de la Grèce ancienne*, Bruxelles, A. Dewil, 1922, p. 81.

Por vezes, novas atitudes se desenham no horizonte, como uma preocupação mais crítica, uma fé menos cega na filosofia clássica. Jardé, por exemplo, tem uma veia historiográfica:

(...) assim a história dos tempos primitivos em Tucídides ou Aristóteles é apenas um trabalho de reconstrução, tão hipotético quanto o dos eruditos modernos. Seria cometer um erro estranho invocar como testemunho histórico o que eles dizem sobre a Grécia de Minos ou sobre a Atenas pré-soloniana.

Utiliza a etnografia moderna (de Van Gennep) para negar o valor histórico das lendas nos povos de tradição oral, como os gregos dos primeiros tempos: “o único interesse da lenda é de nos ensinar como os gregos dos tempos clássicos se representavam suas origens; não se deve perguntar-lhe nada quanto à realidade dos fatos”, e pensa em geral que a lingüística é perfeitamente incapaz de fornecer dados concretos acerca da pré-história da Grécia.⁴

Acredita-se fervorosamente na utilidade da história e em suas lições. Para Festugière, “apesar do que dizem os sofistas, a história ensina. E quem sabe as coisas andariam um pouco menos mal na nossa França e no mundo se se conhecessem melhor e se se escutassem as lições que ela dá”.⁵ Vemos que há uma correspondência entre a produção histórica e a demanda social. Francotte justifica assim a escolha de seu tema:

(...) a história, aliás, como todo o resto, sofre cada vez mais a ação das tendências democráticas de nossa época: ela se afasta dos grandes personagens, cujas grandes ações, os crimes e as idéias tanto a preocuparam. Ela vai, também, em direção aos pequenos, e ela busca saber como eles viveram, o que eles pensaram, o que eles sofreram.

E inquieta-se acerca de um possível atraso da história antiga quanto a esta demanda: “no que se refere à antigüidade, esta transformação da história está longe de estar completa”.⁶ Da mesma forma, Jardé, para o qual “não há ninguém para quem a história grega não apareça como um capítulo necessário da história da humanidade”, talvez pressinta já o declínio em marcha. Se, por um lado, considera a bagagem literária, filosófica e artística fora de

⁴ A. Jardé, *La formation du peuple grec*, Paris, Albin Michel, 1938 [1923, pp. 74-83].

⁵ A.-J. Festugière, *Liberté et civilisation chez les Grecs*, Paris, Editions de la Revue des Jeunes, 1947.

⁶ H. Francotte, *L'industrie dans la Grèce ancienne*, New York, Arno Press, 1979, 2 vols., [Liège, Bibliothèque de la Faculté, 1900-1901, vol. 1, p. 2].

qualquer questionamento, se pergunta, por outro lado, se a história grega propriamente dita ainda nos importa hoje (1923).⁷ Ficamos então bem mais surpresos ao ver todos estes esquemas ultrapassados ainda muito bem fincados em Aymard, que continua a considerar Tucídides superior a Heródoto, que cai facilmente no discurso grandiloqüente acerca da herança eterna dos gregos, ou que continua a explicar a história grega através de questões de “raça, de migrações e de suas cronologias”.⁸

Estes autores são relativamente abertos à história econômica. Guiraud teve na França um papel importante quanto a isto. E justifica este interesse: “o homem, em todos os tempos, é conduzido por dois móveis, as idéias e os apetites, e parece que, no final das contas, ele obedece ao segundo com maior freqüência que ao primeiro”. Felizmente, aliás, pensa o bom liberal Guiraud: “se a terra fosse exclusivamente povoada de faquires, ela teria permanecido num estado de completa barbárie (...) os gregos não teriam propagado em todo o Oriente sua língua e sua cultura, se eles não tivessem tido o dom do comércio”. Então, segundo Guiraud, para

(...) atingir o próprio fundo da história, (...) o regime da propriedade, o estado do comércio e da indústria, a repartição da riqueza, a organização do trabalho, os sistemas de impostos são temas tão dignos de interesse quanto o relato das batalhas e das revoluções políticas.⁹

Meio século mais tarde, Jardé, que se situa a si mesmo na linhagem de Guiraud, e que trabalha intensamente sobre a economia, chega a uma constatação de fracasso parcial. Gostaria de atingir a exaustividade e o conhecimento seguro, mas deve confessar que, para uma determinada época, as fontes são tão fragmentárias que se é obrigado a trabalhar com o conjunto da documentação, para chegar a um quadro geral válido para toda a antigüidade. Chega a pensar, por outro lado, que, quanto à economia, há mais coisas da ordem “do possível” e “do provável” que da ordem do “garantido”,¹⁰ o que é uma constatação dupla de fracasso, segundo as exigências da história positivista.

⁷ A. Jardé, *La formation...*, *op. cit.*, p. 1.

⁸ A. Aymard, *L'Orient et la Grèce antique*, Paris, PUF, 1994 [1953], pp. 225, 363].

⁹ P. Guiraud, *Etudes économiques sur l'Antiquité*, Paris, Hachette, 1905, pp. 25-26.

¹⁰ A. Jardé, *Les céréales dans l'Antiquité grecque. La production*, Paris, De Boccard, 1979 [1925, VIII].

Se, como vemos, eles são abertos à economia, ainda que seja para se decepcionarem no caminho, o diálogo destes autores com a sociologia e a antropologia é muito mais conflituoso. Temos aqui uma verdadeira guerra territorial e, até, por vezes, de trincheiras. Assim, Jardé não vê como separar, quanto a Esparta, a lenda e a realidade. Aos que utilizam a “etnografia comparada”, “esta tentativa de explicar Esparta através dos povos não civilizados” – ele parece estar visando Jeanmaire – diz que, a seu ver, isto poderia dar alguns resultados unicamente para a pré-história, mas de forma nenhuma para a Esparta histórica. Além disto, diz ele, teríamos uma Esparta imóvel, enquanto a história pode mostrar que a cidade evoluiu bastante.¹¹ “Imóvel” e “evoluir”, o fundo da disputa entre antropologia e história, sincronia e diacronia, estão já presentes.

A. Croiset, por seu lado, desconfia desta tendência dos historiadores “a se colocar na escola da sociologia” e defende uma reintrodução da psicologia individual e coletiva na história, assim como da noção de raça, “compreendida de maneira sadia”. Faz questão de conservar um espaço para o elemento “físico” na explicação do “social” e, mesmo negando as raças “biologicamente puras e distintas”, acredita nas “raças históricas”, “em povos reais”, com “traços intelectuais, morais, e até físicos que chamam a atenção e que impedem que sejam confundidos”.¹² Com tais defesas da história, a sociologia tinha belos dias diante de si, sem nem precisar “defender”[-se]. O debate se envenena na época, e A. Croiset chega ao ataque nominal direto: “O Sr. Durkheim, num artigo do *Année Sociologique*, reprovava o Sr. Glotz, por ter explicado certas formas da evolução ateniense pelo caráter ateniense, e perguntava a ele se ele supunha, com isto, uma intervenção de uma graça especial. Eu tenho prazer em responder, quanto a mim, que esta ‘graça’, que nada tem de sobrenatural, é incontestável. Ela consiste na aptidão hereditária do ateniense em reagir de uma certa forma, de preferência a outra, em relação às causas exteriores”.¹³ A crítica de Durkheim era justa, mas sobredimensionada, pois aquele era apenas um aspecto, gratuito, é verdade, mas superficial, na análise de Glotz, que não tinha realmente nenhuma necessidade desta “defesa” desastrosa, que mostra bem os limites teóricos da história grega nesta época.

¹¹ A. Jardé, *La formation...*, *op. cit.*, pp. 151-152.

¹² A. Croiset, *Les démocraties antiques*, Paris, Flammarion, 1920, pp. 9-12.

¹³ *Ibid.*, p. 12.

Trata-se tanto mais de uma guerra de território e de trincheiras quanto os soldados estão próximos fisicamente. Já que Glotz é certamente o mais “sociólogo” de todos os historiadores do momento, na linhagem de um Guiraud, que podia fazer em 1905 uma análise “histórica” em termos muito “sociológicos”:

(...) seguiu-se uma transformação radical na Grécia: transformação econômica, pois que se criou, pela indústria, pelo tráfico, pela navegação uma nova fonte de riquezas; transformação social, pois daí saiu uma espécie de burguesia urbana que veio se interpor entre a classe dos nobres e a classe dos camponeses, que eram as únicas a existir até então, separadas uma da outra por um abismo; transformação política, já que os plebeus se sentiram logo suficientemente fortes para arrancar o poder à oligarquia, inicialmente em proveito da tirania, em seguida em proveito da democracia.¹⁴

Guiraud está, aqui, mais próximo da sociologia histórica ou da história sociológica que da história diplomática e militar à moda antiga. Mas a melhor maneira de se odiar é em família, obviamente...

Penso, sobretudo, que os historiadores positivistas tinham medo de perder terreno, porque viam mais ou menos bem as qualidades analíticas da antropologia, ao mesmo tempo em que rejeitavam o questionamento ideológico que sua aceitação aberta acarretaria. Então, a solução é fazer de conta que se aceita um compromisso. Assim, Hatzfeld diz, acerca da religião grega:

(...) durante muito tempo contestou-se, freqüentemente mais com espírito do que com método, que pudesse haver algo de comum entre as religiões dos povos da antigüidade clássica e as de outros grupos humanos que não atingiram um grau de civilização tão elevado. Havia, pensava-se, um verdadeiro escândalo em assinalar elementos semelhantes nas crenças dos gregos e nas dos “selvagens”. Parece, entretanto, que o “milagre helênico” é apenas mais maravilhoso se, tendo partido de noções não muito diferentes das que hoje encontramos entre os cáfrios e os índios da América, os gregos chegaram a elaborar concepções de tão grande valor artístico, moral, filosófico; os abusos e as imprudências do método comparativo não devem ter por consequência fazer negligenciar as aproximações impressionantes às quais ele conduziu. De fato, encontramos na Grécia elementos comuns às religiões ditas “primitivas” (...).¹⁵

Vemos que Hatzfeld tenta encontrar um justo meio, conciliando método comparativo e superioridade dos Antigos sobre os “selvagens”. Isto

¹⁴ P. Guiraud, *Etudes économiques...*, *op. cit.*, p. 50.

¹⁵ J. Hatzfeld, *Histoire de la Grèce ancienne*, Paris, Payot, 1950 [1926, p. 62].

permanece apenas no campo da retórica, pois ele fala em termos de antropologia física, com distinções entre “crânios braquicefálicos”, “dolicocefálicos”, “chegada de novas raças”.¹⁶ Retórico e limitado, pois ele só admite o paralelo para os tempos “primitivos” dos gregos. Mas está falando em 1926 e, para relativizar sua “culpa”, posso lembrar de um colega de universidade, no Rio de Janeiro de 1976, que não conseguia admitir que não houvesse hierarquia de culturas entre os grupos de indígenas da Amazônia e o Brasil “civilizado”; e, muito pior ainda, de certa especialista, internacionalmente conhecida, dos direitos antigos, que, numa conferência na Sorbonne, em 1998 (!), recusou, como uma questão de princípio, o valor heurístico da comparação entre as concepções homéricas e polinésias do direito...

Outro viés pelo qual se tenta recuperar um pouco do terreno antropológico é o estudo da “vida privada”. Assim, Picard, por exemplo, propõe todo um relato muito vivo sobre os detalhes da vida privada na Grécia. Seu procedimento é descritivo, mais próximo entretanto do “folklorista” que do antropólogo, e isto num tema que se prestava muito bem à abordagem antropológica; além do que, em 1930, a possibilidade de realizar tal enquête já existia claramente. Ele passa longe dela, um pouco por convicção, um pouco por incapacidade, um pouco por falta de interesse, e vai-se fechar num canto, com a sua mala filológica, num espaço que se transforma num gueto, e rapidamente. Este déficit de antropologia é perceptível, por exemplo, nas suas descrições do banquete, que só desembocam em julgamentos meio complacentes, meio censores.¹⁷

O único que escapa a esta armadilha, entre os positivistas, é Glotz, mas o Glotz primeira versão, do início do século. No seu estudo sobre a ordália, mito e história social se iluminam mutuamente, o que é exatamente o contrário do que encontramos nos outros autores. Diz:

(...) jamais o salto de Leucade provocou a morte infalivelmente; jamais ele foi apenas uma formalidade anódina. Ele apenas se torna cada vez menos perigoso. Na lenda, ele mata Safo e Kéfalos, mas salva Britomartis. No período histórico, ele cura inúmeros casos de neurastenia erótica, mas com um método cujas conseqüências podiam ainda ser muito graves.¹⁸

¹⁶ *Ibid.*, p. 21.

¹⁷ C. Picard, *La vie privée dans la Grèce classique*, Paris, Rieder, 1930.

¹⁸ G. Glotz, *La solidarité...*, *op. cit.*, p. 60.

Ele está, aqui, na via que será a de Jeanmaire,¹⁹ e se autoriza até o humor, este traço de inteligência quase inexistente nos textos sobre a cidade grega dos positivistas.

Adota uma posição realmente moderna em 1904, diminuindo a importância do Direito, para se abrir um pouco mais à Antropologia:

(...) para responder a esta questão, é preciso perder de vista as legislações escritas, os códigos redigidos. Quando um costume é recolhido por um documento oficial, ele já sofreu transformações profundas. No meio simples em que ele eclodiu, o direito primitivo se confunde com todas as outras manifestações da vida social: são os relatos mitológicos, as cerimônias religiosas, os usos ou até as locuções populares que permanecem como seus mais fiéis testemunhos.²⁰

É claro que conserva uma hierarquia em que há um “primitivo”. Assim, a cidade grega “deixou subsistir tudo que não era necessário abolir” e “a civilização grega do período mais brilhante abriga assim notáveis vestígios do direito primitivo”.²¹ Mas, no interior desta concepção, que densidade, que qualidade de análise no exame das relações entre direito e religião: “no genos, a prova ainda não se distingue da pena, nem a justiça criminal da justiça civil, nem mesmo o direito da religião, de tal forma que as crenças religiosas sugere meios próprios para resolver as questões litigiosas imediatamente”.²² E não se priva de utilizar comparações extra-européias, do Congo, da Abissínia, ou então da França do Antigo Regime.²³ Acerca de outro aspecto, cita os polinésios, os maleses, os escandinavos, etc.²⁴ Busca exemplos em toda parte, sem preocupações de filiação entre as culturas, como era o caso na filologia indo-européia. É verdade que fala muitas vezes em “sobrevivências”,²⁵ mas, em relação a outros pontos, é inacreditavelmente moderno. Utiliza, por exemplo, duas versões diferentes da exposição do pequeno Édipo, de maneira *simultânea* na argumentação. Não chega a construir uma “arquitetura mítica”, mas já não busca a versão “mais verdadeira” de um mito. O procedi-

¹⁹ Jeanmaire, *Couroi et Courètes*, Lille, Faculté des Lettres, 1951.

²⁰ G. Glotz, *La solidarité...*, *op. cit.*, p. 1.

²¹ *Ibid.*, p. 4.

²² *Ibid.*, p. 5.

²³ *Ibid.*, p. 7.

²⁴ *Ibid.*, p. 12.

²⁵ *Ibid.*, p. 8.

mento tem uma verdadeira significação na sua argumentação, e isto é muito novo.²⁶

Glottz faz muita socioantropologia neste pequeno livro da sua juventude. É por vezes difícil saber se se trata de uma verdadeira novidade metodológica (em 1904), ou simplesmente de um vestígio possível nos estudos antigos, cujas fontes, menos segmentadas que as análises modernas, reforçariam um certo “apagamento” das barreiras disciplinares. Mas pouco importa, no fundo, pois, de qualquer forma, este exemplo mostra que a história antiga era perfeitamente capaz, em 1904, de dar um salto qualitativo nos seus procedimentos, o que poderia tê-la colocado na vanguarda das ciências humanas por uns bons trinta anos pelo menos. Mas isto não aconteceu, a começar pelo próprio Glottz.

Os autores positivistas adoram psicologia. Jardé, quando explica a escolha do camponês grego entre os cereais e as árvores, diz que

(...) no curto prazo, era uma cegueira econômica não aumentar as árvores, mas era também prudente, pois ele conservava assim uma capacidade de resistência infinitamente maior em relação às variações do mercado e da natureza, evitando assim as crises repetidas típicas dos países de monocultura.²⁷

Usa, aqui, ainda que não conceptualize, certas noções antropológicas e psicológicas, aplicando-as ao homem grego. Ele não é o primeiro, é verdade, a fazê-lo em relação à autarquia. Seguindo de perto as fontes antigas, estes autores se expõem a julgar com demasiada freqüência a conduta dos atores sociais e a se lançar em retratos psicológicos de tipo moral, que sobrecarregam inutilmente seus textos. Isto os expõe também a aceitar com demasiada facilidade certos julgamentos históricos, como, por exemplo, Cloché, ao sustentar que nem Atenas nem seu *demos* são os únicos responsáveis pela passagem da Liga ao Império, mas também a preguiça e a inconsciência de certas cidades. Ele aparece aqui como menos crítico que o próprio Tucídides, que segue passo a passo.²⁸ O perigo para a análise é também o de cair nos julgamentos morais à moda antiga. Assim, segundo Francotte,

(...) Xenofonte nos deixou, na *Anabase*, o relato de seus sofrimentos e de suas proezas. Há poucos livros em que se revela mais claramente a alma grega,

²⁶ *Ibid.*, pp. 17-18.

²⁷ A. Jardé, *Les céréales...*, *op. cit.*, pp. 188-189.

²⁸ P. Cloche, *La démocratie athénienne*, Paris, PUF, 1951, pp. 55-69.

valorosa, hábil, muito consciente de sua superioridade sobre os bárbaros, religiosa até à superstição, sorridente mesmo nas horas mais trágicas: são as grandes qualidades que mantêm os companheiros de Xenofonte. Há áreas sombrias: a independência levada até à indisciplina, a necessidade de raciocinar e de discutir sobre todas as coisas, a avidez, que libera os instintos do saqueador e do bandido, a impressionabilidade difícil de conter, a habilidade que degenera em esperteza ou em astúcia.²⁹

Este tipo de perfil psicológico do povo grego, espécie de tribunal da alma coletiva, torna-se um grande clássico, quase sempre totalmente subjetivo e às vezes reivindicado como tal. Vemos, por exemplo, em A. Croiset, uma certa influência do sucesso da arte impressionista, numa descrição toda feita de nuances, onde a nitidez de linhas desaparece.³⁰

Com freqüência, transportam-se para os Antigos suas próprias convicções ou aversões. Assim, para A. Croiset, “o individualismo grego é refratário à idéia do comunismo”.³¹ E, muitas vezes, nega-se qualquer diferença de fundo, numa visão de imutabilidade da psicologia humana. Assim, para Laurent, a guerra social na Grécia teve suas características próprias, “mas eles não lhes tiraram seu caráter geral de fenômeno humano inevitável e permanente”. Inevitável e permanente, diz ele. Então, podemos perguntar-nos qual seria a utilidade de uma psicologia tão geral e vaga, como, por exemplo, quando ele diz que os gregos “precisaram, sendo homens, dar satisfações às três necessidades essenciais da humanidade, a saber: alimentar o corpo para evitar sua destruição; proteger-se contra todos os agentes que ameaçam sua existência; enfim, obedecer ao imperioso instinto de reprodução, que cuida da perpetuação da raça”.³²

Entre os gregos e nós, a afinidade, senão a identificação, é tanto mais total quanto, para nos ligar a eles, há ao mesmo tempo a natureza humana e a herança. Assim, para Guiraud, esta “relação conexa” (entre o regime do trabalho e as instituições políticas) existe “em todas as épocas”, até “na nossa própria história”. Ela provém “do que existe de permanente na natureza humana” e também das “afinidades específicas que podemos ter com um povo cuja civilização se aproxima em muitos aspectos da nossa”.³³

²⁹ H. Francotte, *Histoire politique...*, *op. cit.*, p. 156.

³⁰ A. Croiset, *Les démocraties...*, *op. cit.*, p. 14.

³¹ *Ibid.*, p. 219.

³² J. Laurent, *Essais d'histoire sociale. La Grèce antique*, Paris, Les Belles Lettres, 1933, p. 31.

³³ P. Guiraud, *Etudes économiques...*, *op. cit.*, p. 28.

A psicologia humana é, para eles, invariável. Guiraud explica a simpatia dos aristocratas estrangeiros como uma das razões do sucesso de Roma e diz que, “quando os homens precisam escolher entre a liberdade e seus interesses materiais, é sempre a liberdade que eles sacrificam”.³⁴ Jacob, quanto à opinião ateniense acerca dos arqueiros citas, tal como a vemos no teatro, diz: “da mesma forma hoje em dia é necessário à alegria da multidão que se ridicularizem em cena os policiais civis e militares que ela teme e que ela tem que obedecer, militarmente, sem qualquer discussão”, “eles fazem rir a multidão até às lágrimas, multidão que, inimiga da autoridade, tanto no teatro de Dioniso quanto no nosso teatro de marionetes, tem prazer em ver os policiais espancados ou enganados”.³⁵ Haveria, assim, um fundo comum à humanidade inteira, uma psicologia coletiva intemporal, que se pode manifestar até em instituições bem precisas. Segundo Glotz, “apesar de seu nome puramente germânico, ela (a ordália) existe ainda em todas as nações. Não há talvez um só país no mundo no qual, para afastar uma acusação como para reivindicar um direito, não se passe pela prova da água fria ou da água quente, do ferro ou do veneno”.³⁶

Ora, esta abordagem da psicologia, que explica pela identidade entre o ontem e o hoje, é exatamente o inverso do que será o projeto da “psicologia histórica” de Meyerson e Vernant,³⁷ onde o que conta é a diferença, que é introduzida pela história. Será uma psicologia da alteridade.

Quer se trate de história, de antropologia, de psicologia, ou de outra coisa, há nestes autores uma imensa necessidade de explicar. Podemos acusá-los muitas vezes de simplismo, mas jamais de falta de ambição. É muito raro vê-los baixar os braços, como Francotte, quando fala dos escravos na produção de vasos:

(...) a desconsideração que parece ter sido ligada à profissão de ceramista não é menos estranha, pois esta profissão está no campo das artes. Devemos admitir um desses caprichos da sorte, como se produz de tempos em tempos, e que fazem decair, sem motivo, uma profissão diante da opinião pública?³⁸

³⁴ *Ibid.*, p. 17.

³⁵ O. Jacob, *Les esclaves publics à Athènes*, New York, Arno Press, 1979 [Paris, Champion, 1928, p. 73].

³⁶ G. Glotz, *La solidarité...*, *op. cit.*, p. 1.

³⁷ J.-P. Vernant, *Entre mythe et politique*, Paris, Seuil, 1996 [1989]; P. VIDAL-NAQUET, *La démocratie grecque vue d'ailleurs*, Paris, Flammarion, 1990 [1972].

³⁸ H. Francotte, *L'industrie dans...*, *op. cit.*, vol. 1, p. 221.

Mesmo aqui, o desânimo toma a forma de uma interrogação, que deixa aberto o campo do debate.

Ontem e hoje: identidade ou alteridade?

Entre o ontem e o hoje, há identidade ou alteridade? A antigüidade é comparável à modernidade? O contemporâneo está presente ou ausente? Pertinente ou deslocado? Eis algumas questões importantes na análise do método dos autores positivistas.

Quase sempre, no plano das generalidades, afirma-se que há diferenças e semelhanças entre o passado e o presente. Henri Berr, numa introdução a um volume de sua coleção *L'évolution de l'humanité*, diz que, “pela penetrante inteligência, que, do passado, percebe as semelhanças com a vida moderna, aparentemente tão diferente, sem ignorar as diferenças profundas, A. Jardé projeta uma luz muito viva sobre este rápido e magnífico desenvolvimento da Grécia”.³⁹ Mas, freqüentemente também, quando se passa a uma comparação global das diferenças e das semelhanças, é a semelhança que é valorizada. Assim, para A. Croiset, entre a democracia grega e as democracias modernas, há diferenças, uma das principais sendo a “existência da escravidão”, mas “apesar das diferenças, talvez fiquemos menos surpresos com as numerosas semelhanças com a nossa vida moderna que saltam aos olhos a cada página da história antiga”.⁴⁰ Nesta atitude, que busca a assimilação, há freqüentemente muita lucidez sobre as razões profundas desta escolha, que são da ordem do “projeto”. Assim, para Jardé,

“foi apenas com a chegada dos mármores de Egina em 1812 em Munique, das esculturas do Pártenon em 1816 em Londres que se revela a arte grega, e são unicamente as democracias modernas que puderam buscar, senão exemplos, pelo menos precedentes longínquos na Atenas de Péricles”⁴¹

A vontade de aproximar Modernos e Antigos, de fazer “ler” a Antigüidade, é perceptível em certos procedimentos. Assim, Francotte transpõe a estrutura etária da população belga do século XIX para Atenas, com o objetivo de chegar à população total desta última, a partir de dados quanto ao número dos cidadãos, coisa que não se fará mais, algumas décadas mais tar-

³⁹ A. Jardé, *La formation...*, *op. cit.*, p. XII.

⁴⁰ A. Croiset, *Les démocraties...*, *op. cit.*, p. 17.

⁴¹ A. Jardé, *La formation...*, *op. cit.*, p. 8.

de. Chega a colocar dois quadros numéricos frente a frente, apesar de dever reconhecer que as condições são diferentes entre “belgas de hoje” e “gregos de ontem”. E é divertido vê-lo fazer cálculos em francos belgas! Trata-se, aliás, de uma prática que reencontramos muitas vezes, quando se fala dos preços dos gêneros ou das despesas públicas.⁴² Isto chega a se constituir num objetivo em si. Cavaignac diz que seu fio condutor e seu objetivo são o de estudar “o poder de compra do dinheiro, e de seguir as variações no curso dos seis séculos que precederam a era cristã”, e isto porque “eu gostaria que as pessoas que lêem os livros gerais sobre a Antigüidade e que neles encontram constantemente dados numéricos relativos aos grandes acontecimentos públicos (...) percebessem aproximadamente (...) o que esses números representam”.⁴³ Há, portanto, esta “tradução” dos números. Há também a comparação entre números antigos e modernos. Assim, Jacob, para contestar os números que julga elevados demais, quanto à quantidade de arqueiros citas em Atenas, utiliza as estatísticas do início do século XX (relativas ao número de policiais por dez mil habitantes) para as grandes cidades européias.⁴⁴ Trata-se de comparação “no primeiro grau”, sem mediação nenhuma, em termos de estruturas sociais diversas.

Para alguns, “eles” e “nós” somos quase a mesma coisa. Assim, Guiraud diz que “as questões econômicas tinham, nas sociedades antigas como nas nossas, uma importância preponderante” e, “em relação a isso, os gregos e romanos não diferem em nada de nós”. Vai mesmo até o ponto de ver uma primazia do econômico: “e entre eles a política era muito freqüentemente conduzida pela economia política”.⁴⁵ A Grécia, país agrícola no início, desenvolveu-se pelo comércio, pela indústria, pela navegação, pela colonização e, diz Guiraud, “produziu-se lá, em pequena escala, um fenômeno comparável àquele que observamos nos povos modernos, cada um por sua vez. Todas as sociedades progressistas seguiram esta marcha, e a Grécia neste ponto só faz obedecer a uma lei da humanidade”.⁴⁶ Há, portanto, identidade, em razão de uma invariância.

⁴² H. Francotte, *L'industrie...*, *op. cit.*, vol. 1, pp. 164-172.

⁴³ E. Cavaignac, *L'économie grecque*, Paris, Plon, 1951, p. I.

⁴⁴ O. Jacob, *Les esclaves...*, *op. cit.*, p. 68.

⁴⁵ P. Guiraud, *Etudes économiques...*, *op. cit.*, p. 1.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 127.

Quanto ao conteúdo desta identidade, cada autor colocará uma contribuição diferente, quase sempre sob a forma da comparação ou da alusão, por vezes, da sugestão ou da assimilação. Assim, para A. Croiset, “Clístenes realizou uma obra totalmente análoga à da Revolução francesa”, com, “nos dois casos, a mesma vontade de fortificar a unidade coletiva”, “a mesma maneira de substituir as criações da razão abstrata pelas da história”.⁴⁷ Estes paralelos entre Atenas e França se prolongam muitas vezes em paralelos entre atenienses e franceses; como este, sugerido quando ele diz que “o que parece ter faltado foi a disciplina e a tenacidade”, quanto ao valor guerreiro do ateniense.⁴⁸ O mesmo A. Croiset diz, acerca da idéia de trabalho: “não há, verdadeiramente, uma grande diferença quanto a isto entre o ponto de vista ateniense e o ponto de vista moderno”.⁴⁹ Vemos uma vontade de “tradução” muito forte; assim, para A. Croiset, a aristocracia do século V “não apenas existe no estado de partido constituído e oficial, mas ela tem ainda suas hetairias, ou seja, seus clubes (...)”.⁵⁰ A “tradução” moderna é muito clara, o que ele pretendia, mas o resultado, mais nebuloso, pois se “clube” não é uma maneira ruim de explicar as hetairias, a aristocracia certamente não formava, então, um “partido constituído e oficial”. Por vezes, a analogia tem mais sucesso, na sua ânsia por assimilação; como quando A. Croiset diz, sobre as guerras médicas, que “houve neste momento no patriotismo ateniense um fervor de entusiasmo análogo ao que deveria exaltar mais tarde os exércitos da Revolução francesa”.⁵¹

A economia é um domínio onde a assimilação-distinção é praticada sempre. Assim, para Francotte, as grandes cidades gregas foram grandes mercados, grandes cidades comerciantes, como Veneza ou Gênova.⁵² Diz que há “bem poucos traços de uma indústria em Corinto”, esta cidade aparecendo como “semelhante a Hamburgo, a Bremen ou a Antuérpia, como um vasto entreposto”.⁵³ Anuncia que vai “penetrar na usina” e “estudar a classe

⁴⁷ A. Croiset, *Les démocraties...*, *op. cit.*, p. 62.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 97.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 176.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 194.

⁵¹ *Ibid.*, p. 231.

⁵² H. Francotte, *L'industrie...*, *op. cit.*, vol. 1, p. 50.

⁵³ *Ibid.*, p. 105.

operária” e, como um homem marcado pelas tecelagens do norte da França e da Bélgica, avaliar o número de operários.⁵⁴ Todos os cálculos de Francotte sobre o custo de vida de um operário grego são baseados quase exclusivamente no preço do cereal, que compara com o da sua época. É um ponto não sujeito a discussão que as necessidades de um operário, antigo ou moderno, não vão além das alimentares.⁵⁵ Mas, para ele, que é um “primitivista” em economia, “as condições da organização econômica na Antigüidade são tão diferentes das nossas que nós temos alguma dificuldade em imaginá-las”.⁵⁶ Atenas, por exemplo, “é uma grande cidade”, mas “comparada aos nossos centros industriais e comerciais, ela permaneceu sempre uma cidade pequena”.⁵⁷ Há, portanto, uma “alteridade” econômica. Francotte fala do *demos* como “o Terceiro Estado”,⁵⁸ e vê a Grécia dividida em aldeias, cidades e nações”,⁵⁹ o que parece tão forçado quanto os “partidos” políticos. Quando descreve o mundo homérico, explica a vida dos nobres e diz que “são os capitalistas de então”.⁶⁰ Há, portanto, este esforço “didático”, que faz com que não hesitem diante da palavra “capitalista”. Os democratas mais exaltados de Atenas são chamados por ele de “extrema esquerda”,⁶¹ ainda aqui sem uma contextualização necessária.

Em Glotz, o procedimento não está menos presente. Vê no comércio grego a passagem de uma economia doméstica para “um tipo de economia mediterrânica” e, quando “eles chegam a aumentar seus carregamentos de produtos naturais, a completá-los com objetos fabricados”, “eles conquistarão o mundo”,⁶² raciocínio que está claramente calcado no modelo da expansão européia moderna e contemporânea. Também adota o termo “capitalista”, não apenas aplicado aos indivíduos ou aos capitais, mas também a um “regime”, “que se opõe à economia primitiva e que se chama a crematística”. Este enriquecimento prepara as desigualdades que provocarão “a luta de

⁵⁴ *Ibid.*, p. 160.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 344.

⁵⁶ *Ibid.*, vol. 2, p. 29.

⁵⁷ *Ibid.*, vol. 1, p. 223.

⁵⁸ *Ibid.*, vol. 2, p. 361.

⁵⁹ *Ibid.*, *Histoire politique...*, *op. cit.*, p. 22.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 36.

⁶¹ *Ibid.*, p. 250.

⁶² G. Glotz, *Le travail dans la Grèce ancienne*, Paris, Felix Alcan, 1920, p. 76.

classes” e desencadeará “grandes guerras entre cidades concorrentes”, ou seja, guerras comerciais. Os negociantes da Jônia são como “banqueiros lombardos ou florentinos da idade média”.⁶³ O modelo é de tal forma calcado no europeu que vê na Itália e na Sicília a “América dos gregos, na sua busca do novo, no espírito prático, na mania do *greatest in the world*”, na tendência à publicidade e à ostentação”. E vai até o fim de sua analogia, qualificando a Hespéria de “Far West” dos gregos.⁶⁴

Sua analogia é uma verdadeira assimilação dos sistemas, e não apenas uma “tradução”. Vê “a importação de matérias-primas” como contrapartida da “exportação de objetos fabricados”, num equilíbrio entre importações e exportações, que considera como “uma base sólida”. Esta economia engendra uma sociedade onde “uma classe de mercadores se eleva, ativa, ardente, esclarecida: ela forma guildas (...) que defendem vigorosamente seus interesses”. Ele chega a falar de “trust” das prensas de Mileto, acerca de uma passagem sobre o conhecimento astronômico de Tales,⁶⁵ o que é um anacronismo muito forte. Parece que chega a imaginar uma passagem a um capitalismo financeiro, seguindo o modelo do século XIX, vendo em Atenas “o sistema bancário assim constituído”, “em relações constantes com a indústria e o comércio marítimo” e, em Pásion, “o Rothschild do século IV a.C.”. Os banqueiros de Atenas não são bem vistos, como, mais tarde, “os lombardos e os judeus”, e o Pireu é “uma cidade à americana”, ativa e febril, “a capital econômica da raça grega”.⁶⁶ Atenas, através de seus mercadores e de seus agentes financeiros, concentra “o comércio universal”, diz ele, como se estivesse falando da marinha inglesa.⁶⁷

A análise da sociedade grega feita por Glotz utiliza abundantemente as noções de “classe média”, certamente inspirada por Aristóteles, mas também de “burguesia”, “proletários”, “luta de classes”, “baixas classes”, tiradas das lutas da sociedade industrial, sejam elas de inspiração marxista ou não.⁶⁸ Politicamente, sua assimilação prolonga a tradição revolucionária e republicana. Assim, diz ele, “liberdade, igualdade eram propriamente o lema

⁶³ *Ibid.*, pp. 87-94.

⁶⁴ *Ibid.*, pp. 132-133.

⁶⁵ *Ibid.*, pp. 151-152.

⁶⁶ *Ibid.*, pp. 363-367.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 372.

⁶⁸ *Ibid.*, *La cité grecque*, Paris, Albin Michel, 1988 [1928], pp. 113-125. .

dos atenienses; eles juntaram a isso a fraternidade, sob o nome de filantropia” e, nas relações entre o Estado e o indivíduo, há entre os atenienses “princípios que diríamos terem inspirado a Declaração dos Direitos do Homem”.⁶⁹ A vontade de falar aos contemporâneos é uma constante em Glotz e, certamente, uma das razões de seu sucesso. E, para falar aos contemporâneos, as comparações modernas são indispensáveis. Assim, a *Boulè* é, mais que a Assembléia, o que “lembra o sistema representativo dos Parlamentos modernos”,⁷⁰ e as hetairias “podem se comparar aos *Tammany clubs* americanos”.⁷¹ O mesmo tipo de recurso será encontrado, bem mais tarde, em Finley, com o mesmo sucesso de público, aliás.

Por vezes, no mesmo autor, encontramos a afirmação da alteridade e da identidade. Assim, Jardé, para explicar a colonização grega, faz um retrato invertido da colonização moderna: “para nós, colonizar, é fundar um império colonial”; e ele lista então os elementos: vasto território, ocupação militar, submissão política, exploração pela e para a metrópole, minoria de brancos e maioria de indígenas, etc., antes de concluir, dizendo que “nada se parece menos com uma colônia grega”.⁷² Diz o que a colônia grega não é, apoiado numa imagem bem conhecida do leitor, para melhor preparar a descrição do que ela é. Totalmente diferente é a leitura que dá do desencadeamento da Guerra do Peloponeso, onde as “recriminações (...) de ordem comercial e econômica” de Corinto contra Atenas são importantes, e afirma, a partir de Tucídides, a existência de um papel “preponderante de Corinto nas assembleias que vão decidir pela guerra”. Faz deste conflito quase uma guerra por razões “econômicas”, senão “comerciais”, à maneira moderna.⁷³ Toda sua longa análise tende a mostrar que Esparta “não é um Estado belicoso” e que Atenas “via a guerra se aproximar sem desejá-la muito”. A questão da responsabilidade no desencadeamento das hostilidades é tanto mais importante quanto, na sua visão das coisas, a Guerra do Peloponeso tem um valor de virada, um momento decisivo na história grega. E toda a sua explicação sobre o início das operações é feita calcada nos esquemas de alianças, de encaixamentos automáticos e inevitáveis, tirados da Primeira Guerra. Da mes-

⁶⁹ *Ibid.*, pp. 153-155.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 193.

⁷¹ *Ibid.*, p. 227.

⁷² A. Jardé, *La formation...*, *op. cit.*, p. 217.

⁷³ *Ibid.*, pp. 274-377.

ma forma, algumas décadas mais tarde, historiadores dos USA aplicarão o esquema da Guerra Fria para explicar a mesma realidade histórica. Como nos dois exemplos que examinamos aqui, ambos em Jardé, a análise segundo o primeiro procedimento (alteridade) resiste muito melhor à passagem do tempo do que a realizada segundo o esquema da identidade.

Várias décadas de pesquisa recente, no sentido de uma alteridade dos Antigos, tornam para nós a leitura de um autor menor, como Picard (e, além do mais, francamente reacionário), mais próxima de nossa percepção que a leitura de um Glotz ou de um Jardé. Assim, quando Picard descreve as cidades gregas da época clássica, que “se pareciam muito com as cidades árabes, brancas e fechadas; ruas estreitas, poucos jardins”, “com as sujeiras por toda parte, moscas aos milhares”, corpos muitas vezes abandonados na rua ou, ainda, recém-nascidos abandonados, mostra-se muito surpreso com que “a lei” proíba que se construam janelas dando para a rua. Toda uma série de práticas gregas se tornam intoleráveis em sua alteridade. Com, de passagem, no meio de muitos exageros, uma bela observação sobre as relações dos gregos com o tempo: “e os gregos não divinizaram Hypnos sem recompensa, este Hypnos que, nas sociedades modernas, industrializadas, seria pouco mais que um ‘demônio muito humilhado’”.⁷⁴ Há, muitas vezes, nesta afirmação de alteridade, uma espécie de “passeísmo”, e a comparação antigo-moderno é freqüentemente um meio de relativizar. Quanto à falta de higiene na época clássica, ele se interroga: “Que há de estranho nisso? Na própria França, o século de Luís XIV não foi, parece, o mais bem lavado de todos”.⁷⁵ “Os antigos gregos, isto é certo, amaram a vida” (como os franceses, ficamos imaginando), Atenas é uma “cidade-luz”, diz ele, onde, “desde o século IV, as pessoas se apaixonavam a favor ou contra a música asiática; tanto quanto em Paris, a favor ou contra a Tetralogia de Wagner ou os balés russos!” (o que coloca, de forma indireta, alemães e russos na Ásia)⁷⁶. A comparação pode ser elogiosa ou crítica em relação aos franceses, hostil em relação aos alemães, de desprezo em relação aos norte-americanos, quando compara “os jogos violentos do boxe” com os combates do “ring” americano; para ele, trata-se de costumes “grosseiros”.⁷⁷ Insiste sobre a distância: “é preciso portanto se preca-

⁷⁴ C. Picard, *La vie privée...*, *op. cit.*, pp. 23-29.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 73.

⁷⁶ *Ibid.*, pp. 76-82.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 95.

ver, e sempre – pois a ilusão se introduz rapidamente e a magia literária é ativa! – contra um otimismo excessivo nos nossos entusiasmos clássicos”. Ataca a admiração de Taine pelos gregos, como idealista demais, e acentua os aspectos menores e sórdidos dos gregos. Chega a ser risível a sua descrição do grego que “nunca lavava os dentes, não usava lenço, limpava os dedos nos cabelos, cuspiam no chão”, etc.!!! Ataca violentamente Poussin e Chateaubriand por “um excesso de templos em ruína na ponta de promontórios, um excesso de brumas ‘sagradas’ no Olimpo, à margem de pisos de ouro!”.⁷⁸

Boa ou ruim, a Grécia é quase sempre comparável e, de forma imediata, suscetível de analogia *direta*. Assim, segundo Laurent, as lutas sociais gregas constituem “para os democratas modernos um ensinamento e um exemplo do mais alto interesse”.⁷⁹ Os gregos tudo inventaram nesta matéria e, no que se refere a lutas civis, “em vinte e quatro séculos, e tantas gerações que viveram depois dos gregos, nada acrescentaram a suas descobertas”.⁸⁰ Este tema do “nada de novo sobre a terra” é uma constante da historiografia conservadora. Repousa sobre a opinião segundo a qual “é porque os gregos eram homens é que a humanidade não mudou entre sua época e a nossa, no que se refere às necessidades e instintos essenciais do homem e no que se refere a suas paixões primordiais”.⁸¹ É sobre uma aposta exatamente inversa que vai ser fundada a psicologia histórica. Mas é preciso observar que, por exemplo, a antropologia de um Lévi-Strauss acabará desembocando numa certa idéia de unidade psíquica do gênero humano.

Mas Laurent não está pensando tão longe. Para ele, entre os gregos, “as lutas, as guerras e os crimes” são “todos eles filhotes dos sete pecados capitais, para os quais o homem é uma presa eterna”.⁸² O “pecado”, como explicação histórica, não é freqüente nestes autores, em grande maioria laicos, mas aparece ainda algumas vezes. No nível internacional, Laurent deplora o fracasso da tentativa de disciplinar pela religião a violência dos Estados. As dificuldades da Sociedade das Nações estão por detrás deste seu comentário. A analogia se torna mesmo explícita, pois critica a atitude “arrogante” da Inglaterra e dos Estados Unidos na SdN.⁸³ E utiliza os gregos como adver-

⁷⁸ *Ibid.*, pp. 96-97.

⁷⁹ J. Laurent, *Essais d'histoire...*, *op. cit.*, p. 18.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 23.

⁸¹ *Ibid.*, p. 30.

⁸² *Ibid.*, p. 34.

⁸³ *Ibid.*, p. 38.

tência: “Os gregos foram incapazes de estabelecer entre suas cidades um regime de entendimento e de paz, uma forma de sociedade das nações do helenismo, porque entre eles as paixões humanas foram mais fortes que as boas intenções”. Existe, ainda, na época, uma certa esperança na SdN, mas a ameaça se precisa (1933).⁸⁴ Mas, como solução possível, ele só encontra condenações morais. Ora, sem falar aqui do problema contemporâneo, este postulado do “eles eram como nós” impede, por exemplo, de ver que, numa economia sem “crescimento”, tomar do vizinho era a única opção possível e visível para evitar a penúria.

A analogia é direta em muitos outros exemplos; a “classe média” antiga era como a moderna, ocupada em seus negócios e com nojo dos “políticos sujos”⁸⁵ (antiparlamentarismo primário); estas classes médias antigas são como a burguesia do século XIX ou o Terceiro Estado, antes de 1789;⁸⁶ a democracia ateniense, preocupada com a justiça social em casa, “tinha a pretensão, fora de casa, de só reconhecer a lei da força”, como “a Inglaterra de ontem e de hoje”.⁸⁷ O império ateniense se torna o império inglês, marítimo, popular e injusto; “para compreender a realidade antiga, pensemos mais uma vez na realidade presente”, diz Laurent, lá como aqui, “era melhor ser proprietário ou patrão do que proletário ‘sem vintém’”.⁸⁸ Enquanto a sociologia, ou uma outra história, praticará o comparatismo, os nossos autores fazem, de forma mais prosaica, apenas “comparações”.

Mesmo quando a explicação é um pouco ou até muito curta e insuficiente, a comparação moderna dá ao texto algo mais, em termos de fluidez, e o torna mais legível. Assim, para Hatzfeld, “o regime familiar da Grécia primitiva (...) explica a colonização grega da mesma maneira que o princípio do direito de primogenitura explica as colonizações inglesa e francesa dos séculos XVII e XVIII”.⁸⁹ Ou, ainda, diz o autor, a criação, por Pisístrato, “de uma forma de caixa de crédito agrícola, emprestando aos pequenos proprietários os fundos necessários para arredondar seus domínios e melhorar seu material”,⁹⁰ observação que se torna imediatamente inteligível para qualquer lei-

⁸⁴ *Ibid.*, pp. 42-44.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 185.

⁸⁶ *Ibid.*, pp. 187-188.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 203.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 152.

⁸⁹ J. Hatzfeld, *Histoire de la...*, *op. cit.*, p. 47.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 90.

tor francês. Todos estes autores demonstram uma formidável ânsia de falar aos seus contemporâneos. Em 1953, Aymard fala das reformas de Clístenes como se estivesse falando da distensão das relações familiares na sua época, a do início dos “trinta anos gloriosos”.⁹¹ Faz uma descrição à moda de Émile Zola das minas do Láurion,⁹² comparação “pertinente” ainda, em 1953, numa Europa que ainda não tinha entrado na era pós-industrial. Interessa-se até pelo problema das casas e das “latrinas”,⁹³ numa França da reconstrução, na qual foi preciso construir muito e rápido, e onde se colocava o problema do “conforto moderno”.

Das alturas da espiritualidade às mais animais das funções fisiológicas, a Grécia era boa para pensar o contemporâneo. Hatzfeld se perguntava se “vale a pena hoje” se informar sobre a história grega. Pensa que sim, pois “estas tendências e estas formas, não nos é indiferente vê-las se afrontar num povo que, intelectualmente, estava muito próximo de nós, e no qual elas se exprimiram com uma nitidez especial e num resumo significativo; pois nós as encontramos na nossa Europa contemporânea e do resultado de seu conflito depende, sem dúvida, o futuro da nossa civilização”.⁹⁴

A Grécia sempre foi uma espécie de longínquo mais próximo e de próximo mais longínquo. Mas, entre identidade e alteridade, para os positivistas, a identidade prevalece. A Antigüidade não é a mesma coisa que “nós”, mas permanece diretamente comparável, por vezes totalmente assimilável ao hoje em dia. O contemporâneo está muito presente na cidade grega destes autores e, muitas vezes, de forma anacrônica. Mas, quase sempre, ele é a prova de uma formidável vontade de comunicação. E foi o que permitiu seu enorme sucesso.

⁹¹ A. Aymard, *L'Orient...*, *op. cit.*, p. 270.

⁹² *Ibid.*, p. 270.

⁹³ *Ibid.*, pp. 336-337.

⁹⁴ J. Hatzfeld, *Histoire de la...*, *op. cit.*, p. 324.